



PERFORMANCE MACROECONÔMICA E APROVAÇÃO PRESIDENCIAL: UMA ESTIMAÇÃO DA FUNÇÃO POPULARIDADE PARA O BRASIL

MACROECONOMIC PERFORMANCE AND PRESIDENTIAL APPROVAL: AN ESTIMATOR OF THE POPULARITY FUNCTION FOR BRAZIL

DESEMPEÑO MACROECONÓMICO Y APROBACIÓN PRESIDENCIAL: ESTIMADOR DE LA FUNCIÓN DE POPULARIDAD PARA BRASIL

Natália Rodrigues Corado¹
Geovana Lorena Bertussi²
Luis Guilherme Alho Batista³

Resumo: Esse trabalho investigou como variáveis econômicas são capazes de afetar percepções dos cidadãos acerca da performance de um chefe de estado. A abordagem assumiu a forma de um modelo econométrico para servir como uma função popularidade para o Brasil, cobrindo o período de 1995 a 2019. Os resultados desta análise empírica substanciam que a aprovação de um governo pela população é sensível a variações da taxa de desemprego e da taxa de inflação. O presente artigo contribuiu para a literatura em razão de ter compreendido o período mais longo já analisado em estudos do gênero para o Brasil. Ademais, foi também a primeira vez em que o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foi incluído na estimação da função popularidade para o Brasil. Os resultados obtidos a partir do modelo revelaram que o evento exerceu impacto significativo na taxa de aprovação de Dilma entre os cidadãos brasileiros.

Palavra-chave: Função Popularidade; Aprovação Presidencial; Performance Macroeconômica; Taxa de Desemprego; Taxa de Inflação.

Abstract: This work intended to investigate how economic variables can affect citizens' perceptions of a chief of state's performance. The chosen approach assumed the form of an econometric model designed to serve as a popularity function for Brazil covering the period extending from 1995 to 2019. The results of this empirical analysis substantiate that people's approval of a government are sensitive to variations of the unemployment and inflation rates. This work provided contribution to the literature by virtue of comprising the longest period ever analysed in works of this kind for Brazil. Moreover, it was also the first time that the impeachment of ex-president Dilma Rousseff was included in an estimation of a popularity function for Brazil. The results obtained revealed that the event exerted a significant impact on Dilma's rate of approval among Brazilian citizens.

Keywords: Popularity Function; Presidential Popularity; Macroeconomic Performance; Unemployment Rate; Inflation Rate.

Resumen: Este trabajo investigó cómo las variables económicas son afectan la percepción de los ciudadanos sobre el desempeño de un jefe de Estado. El enfoque adoptó un modelo econométrico

¹ Economista pela Universidade de Brasília (UnB), mestranda em Economia pela PUC/RJ. E-mail: corado.natalia@gmail.com e ORCID ID <https://orcid.org/0000-0002-8225-4615>.

² Doutora em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), professora Associada do Departamento de Economia da UnB. E-mail: geovanalorena@unb.br e ORCID ID <https://orcid.org/0000-0001-5929-2536>.

³ Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor Substituto do Departamento de Estatística da UnB. E-mail: lgabatista@gmail.com e ORCID ID <https://orcid.org/0000-0002-8067-9185>.

diseñado para servir como una función de popularidad para Brasil, abarcando el período de 1995 a 2019. Los resultados indican que la aprobación de un gobierno por parte de la población es sensible a las variaciones en la tasa de desempleo y la tasa de inflación. El presente artículo contribuyó a la literatura porque comprendía el período más largo jamás analizado en estudios de este tipo para Brasil. Además, también fue la primera vez que se incluyó el impeachment de la expresidenta Dilma Rousseff en la estimación de la función de popularidad para Brasil. Los resultados obtenidos del modelo revelaron que el evento tuvo un impacto significativo en la tasa de aprobación de Dilma entre los ciudadanos brasileños.

Palabras clave: Función de popularidad; Aprobación presidencial; Resultado macroeconómico; Tasa de desempleo; Tasa de inflación.

1 Introdução

O cidadão individual não detém grandes incentivos para se informar de modo pleno acerca da complexidade subjacente à evolução das principais variáveis econômicas de um país (FREY; SCHNEIDER, 1978). Como consequência, ele assume que o governo tem a incumbência e a capacidade de controlar os desdobramentos da economia e, assim, responsabiliza o presidente pela conjuntura econômica (NANNSTEDT; PALDAM, 1994). Essa noção é conhecida pelo nome de hipótese da responsabilização e constitui-se como a ideia de que os eleitores punem ou recompensam os presidentes pela performance econômica de um país, tanto em termos de votos como de popularidade (EVANS; PICKUP, 2010). O presente trabalho busca, pois, verificar se a hipótese da responsabilização encontra adequação para o caso brasileiro quando se analisa como variável dependente a taxa de aprovação desfrutada pelo presidente da República.

Para o Brasil, a literatura é especialmente focada em resultados eleitorais, mas há pouquíssimos trabalhos que se propuseram a modelar uma função popularidade para o país. Logo, este trabalho almeja estimar o impacto de importantes variáveis macroeconômicas sobre a aprovação de um governo por parte da população. O artigo pode contribuir para elucidar como os brasileiros, na média, punem governantes por variações em indicadores macroeconômicos, uma vez que abarca o maior número de mandatos presidenciais – devido à vantagem natural de ser um teste mais recente – e usa mão de dados provenientes de três institutos de pesquisas diferentes. O modelo, estimado para os governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, beneficiou-se ainda da inclusão de variáveis de controle para características intrínsecas ao governante, escândalos políticos e o chamado "efeito *honeymoon*".

Além desta introdução, o trabalho divide-se em outras três seções. A seção 2 traz uma revisão da literatura que trata de como condições econômicas influenciam voto e, principalmente, aprovação popular. Por sua vez, a seção 3 estrutura-se em torno dos métodos e procedimentos utilizados para a estimação empírica e, por fim, a seção 4 apresenta os resultados obtidos.

2 Revisão da Literatura

2.1 A influência de fatores econômicos sobre o voto para presidente

É enraizada a percepção de que as condições econômicas correntes observadas pelos eleitores podem influenciar suas preferências políticas. Essa simples hipótese de que o contexto macroeconômico influencia comportamento de votos - além de parecer integrar a função de reação dos políticos - foi testada à luz de inúmeras especificações distintas. Mas, apesar de diversa, a literatura que modela a escolha eleitoral com base na performance econômica entra em consonância ao defender que o eleitor, quando decide pela continuidade do incumbente ou por um de seus adversários, se debruça sobre o desempenho econômico recente do país para formar suas expectativas em relação aos diferentes candidatos. Estes eleitores são interessados primariamente em si mesmos e relativamente bem-informados (FAIR, 1978) e, segundo Evans e Pickup (2010), a visão convencional prega que, por meio de um desejo por responsabilização, estes punem ou recompensam os incumbentes pela performance econômica.

Essa teoria do comportamento eleitoral encontra sua mais proeminente ressonância no artigo pioneiro de Kramer (1971), o qual - a partir de uma análise multivariada de série temporal para os Estados Unidos - concluiu que quedas no produto real implicam redução de votos para o partido do presidente em exercício, ao passo que crescimento da renda impulsiona crescimento do número de votos. Seu modelo parte da noção de que o voto representa uma decisão racional entre alternativas baseadas em informações cuja aquisição é relativamente custosa, mas possível. Logo, o comportamento do eleitor é, ao menos em parte, resultado de desdobramentos econômicos objetivos ocorridos sob a gestão do partido em exercício e não somente o produto de lealdades, retórica de campanha ou *marketing*.

Apesar de esbarrar na dificuldade apresentada pelo número reduzido de observações, uma parcela da literatura encontra resultados significantes para a relação causal entre percepções econômicas - notadamente, crescimento do produto - e comportamento de votos. Lewis-Beck e Stegmaier (2007) catalogaram mais de 400 estudos que compartilham desta concepção⁴. Stigler (1973) é uma das poucas vozes dissonantes e conclui que renda real não influencia a escolha dos votantes, ainda que inflação crescente se relacione negativamente com a parcela de votos angariada pelo presidente em exercício. Entretanto, Bloom e Price (1975) defendem que o resultado contraditório encontrado por Stigler pode ser explicado por problemas em sua metodologia. O autor considera apenas condições econômicas correntes (ou com *lag* muito pequeno) como base para avaliação.

Apesar do relativo consenso, Bloom e Price (1975) concluem que é necessário distinguir o efeito de recessões daquele de retomadas econômicas. Indicadores macroeconômicos representariam papel menor para a distribuição de votos em ciclos de

⁴ McRae(1977), Kiewit (1981), Peltzman (1990), Fox e Phillips (2003) são alguns dos que corroboram essa causalidade.

prosperidade. Nesses períodos, o impacto do contexto macroeconômico seria dominado por questões mais eminentemente políticas, em especial, identificação partidária. Além disso, os autores defendem que ciclos recessivos não são defrontados com o mesmo nível de crítica uniformemente. Isto é, políticas econômicas mal-sucedidas são mais decisivas para eleitores independentes ou com fraca identificação partidária.

Por fim, apesar de os Estados Unidos constituírem o cenário precípua para este tipo de teste, Lewis-Beck-Stegmaier (2008) examinaram a literatura para voto econômico no Leste Europeu, na América Latina, na Ásia e na África. A minuciosa revisão de literatura conduzida pelos autores permite concluir que indicadores econômicos afetam as decisões dos eleitores, apesar do caráter recente da democracia em muitos dos países destas regiões. Cerda e Vergara (2007) derivaram, para o Chile, evidências de que há relação entre aumento do desemprego e queda da parcela de votos para o candidato disputante de reeleição. Essa relação também foi testada para o Peru (Weyland, 2000; Echeagaray, 2005), Polônia (Bell, 1997) e Rússia (Kim e Sidorenko-Stephenson, 1999). Pacek e Radcliff (1995) adotaram ainda uma abordagem *cross-national* para investigar se assuntos econômicos impactam resultados eleitorais em oito países: Botswana, Costa Rica, Índia, Jamaica, Sri Lanka, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Os autores encontram, para esse grupo de países, que o efeito do desempenho da economia é mais relevante em ciclos positivos.

2.2 A influência de fatores econômicos sobre a taxa de aprovação presidencial

Para os Estados Unidos, Fox e Phillips (2003) analisam catorze eleições presidenciais e concluem que a correlação entre popularidade nos meses anteriores à eleição e votos direcionados ao incumbente é de 79%. Ainda mais, o impacto da popularidade sobre votos ao presidente vigente é estatisticamente significativo a 1%. De fato, a literatura tradicionalmente aproxima os conceitos de voto e popularidade sob a égide da Hipótese da Responsabilização, segundo a qual os eleitores tomam o governo como responsável pela conjuntura econômica e, conseqüentemente, premiam – em termos de popularidade e votos – a gestão que responde às suas preferências (NANNESTAD; PALDAM, 1994).

Contudo, apesar da similaridade conceitual, Chappel (1990) define uma tendência ao afirmar que se deve ter cuidado ao tratar a função popularidade e a função voto como sinônimos. Apesar da correlação, o autor conclui que as respostas destas em relação a alguns indicadores macroeconômicos diferem significativamente: enquanto o PIB real constitui-se como principal variável a afetar votos, popularidade é primariamente influenciada pela taxa de inflação. Além da variação do nível de preços, outra variável com alto poder explicativo para variações de popularidade é o desemprego (FOX, 1997) (SMYTH et al; 1991) (GARMAN; RICHARD, 1989) (GOODHART; BHANSALI, 1970). Por trás dessa diferença empírica, reside a ideia de que análises de popularidade normalmente se ancoram na teoria de ciclos de negócios

políticos e, logo, enfatizam o *trade-off* de curto prazo entre desemprego e inflação (FOX; PHILLIPS, 2003).

Nannestad e Paldam (1994), ao revisarem a literatura especializada, pontuam que as funções popularidade apresentam melhor adequação aos dados (na forma de R^2) que as funções voto. De fato, as medidas de popularidade podem ser consideradas mais espontâneas, uma vez que não refletem uma escolha entre alternativas e sim uma avaliação em determinado ponto no tempo. Além disso, os autores argumentam que é muito menos arriscado enviar sinais através de pesquisas do que via votos, o que pode também elucidar o caráter míope e volátil das pesquisas de opinião. Entretanto, é preciso levar em consideração que o número de observações consideravelmente superior contribui para explicar o melhor ajuste das medidas de popularidade ao comportamento político dos indivíduos.

A vertente que analisa popularidade, por utilizar dados de opinião pública auferidos mensal ou trimestralmente, permite uma análise mais profunda e dinâmica da aprovação experimentada por chefes executivos. Mueller (1970), através da análise de 292 pesquisas mensais de avaliação presidencial para os Estados Unidos, introduz a função popularidade. Por meio de uma regressão múltipla que abrange dados em um período de 24 anos, estabelece variáveis que se tornariam ferramentas difundidas para controlar fatores políticos em pesquisas centradas nos efeitos de variáveis macroeconômicas sobre aprovação presidencial. Entre elas, destaca-se o que ele chama de "coalizão das minorias": espera-se que a popularidade de um presidente apresente uma tendência decrescente à medida que ele é forçado a agir em assuntos sensíveis. A partir do trabalho de Mueller (1970), tornou-se usual que os *papers* do gênero controlem também para períodos de guerra, escândalos políticos de ampla repercussão e carisma pessoal do governante.

Quase simultaneamente, Goodhart e Bhansali (1970) formulam uma função popularidade para o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido. Seus testes empíricos concluem que, no país, um partido político que objetiva maximizar sua aprovação nas pesquisas deve buscar posicionar a economia em um ponto na Curva de Phillips que combine uma taxa de desemprego razoavelmente baixa e uma taxa de inflação relativamente alta. Contudo, uma vez que a sociedade percebesse a crescente inflação, a Curva de Phillips tenderia a se deslocar. Assim como Mueller (1970), os autores criam *dummies* para cada presidente com o objetivo de testar se o carisma pessoal de um líder afeta a popularidade de seu partido e encontram efeitos pequenos, mas significantes.

Os dois artigos supracitados abriram o caminho para uma vasta e diversa literatura acerca dos efeitos de variáveis econômicas sobre aprovação do governo. Hibbs (1982) inova do ponto de vista técnico ao formular – usando métodos de estimação probit e logit – um modelo de ajuste de capital aplicável à Alemanha, aos Estados Unidos e ao Reino Unido. Neste, a popularidade do governo consiste em estoque de capital que se deprecia ao longo do tempo, sob

a influência de eventos políticos e econômicos. Hibbs, seguindo o consenso da área de pesquisa, encontra inflação e desemprego como variáveis particularmente importantes para explicar variações de popularidade.

Efeitos macroeconômicos sobre aprovação presidencial foram testados para ampla variedade de países e atingem significância estatística para grande parte das democracias estabelecidas. Anderson (1995) analisa cinco democracias da Europa Ocidental – França, Reino Unido, Dinamarca, Holanda e Alemanha – e atesta que os dados mensais de popularidade desses países são sensíveis à conjuntura macroeconômica. Foram também conduzidos estudos para Itália (Santagata, 1985; Bellucci, 1991), Espanha (Amor Bravo, 1985). Mais recentemente, Chappel e Veiga (2000) analisaram ainda treze países desenvolvidos, entre eles: Finlândia, Bélgica, Áustria e Dinamarca.

A literatura produziu número considerável de artigos que permite concluir que democracias recentes também responsabilizam seus chefes executivos pelo desempenho macroeconômico. Entre os países sujeitos a esse tipo de análise, estão: Rússia (Hesli and Bashkirova, 2001), Argentina (Canton e Jorrat, 2002), Peru (Arce, 2003), México (Buendía, 1996) e Hungria (Fidrmuc, 2000). Tucker (2001) testa ainda o efeito de condições econômicas sobre aprovação para países ex-repúblicas socialistas: Rússia, Polônia, Hungria, Eslováquia e República Tcheca. Para o caso brasileiro, Ferreira e Sakurai (2013) conduziram estudo empírico e constataram que nas gestões FHC e Lula, o desemprego teve influência significativa sobre oscilações da taxa de aprovação presidencial.

Não se observa apenas variedade de países testados, mas também é amplo o espectro de variáveis incluídas nas funções-popularidade. Estas, contudo, apresentaram capacidade explicativa inferior a desemprego, inflação e até produto. McAvoy (2006) introduz política externa como variável independente e conclui que esta possui maior impacto em alguns períodos do que em outros, ao passo que, indicadores econômicos consistentemente afetam as pesquisas de opinião pública. Geys e Vermeir (2008) estimam o efeito da carga tributária e de mudanças na estrutura fiscal, e auferem que política fiscal parece ter influenciado as avaliações nos Estados Unidos. Foram testadas ainda: consumo (Frey e Schneider, 1978), saldo da balança comercial (Burden e Mughan, 2003) e mercado de ações (Shah e Watts, 2012; Fauvelle-Aymar e Stegmaier 2003). Contudo, a adição de variáveis que apenas recentemente começaram a ser medidas de forma sistemática pode contribuir para aumentar a instabilidade da função popularidade (BELLUCCI; LEWIS-BECK, 2011).

Outro resultado interessante compartilhado por muitos é a assimetria da opinião pública. Mueller (1970) afirma que os indivíduos tendem a punir os chefes de Estado por decisões ruins de política econômica, mas não se observa equivalente tendência a premiá-los por decisões acertadas. A ideia de que performance econômica negativa impacta mais do que a positiva encontrou apoio em pesquisas subsequentes. Lau (1985) fornece uma possível explicação: as

peças são mais fortemente motivadas a evitar custos do que a perseguirem ganhos. Além disso, notícias negativas detêm mais apelo junto ao público. Soroka (2006) investiga, por meio de um modelo do tipo *autoregressive distributed lag* (ADL), que a mídia de massa responde assimetricamente a informações de cunho econômico e, conseqüentemente, também o público.

Ademais, eleitores não respondem de forma homogênea à conjuntura macroeconômica. As respostas dos indivíduos - ao contrário - tendem a variar significativamente, em razão de suas filiações partidárias, as quais refletem distintas percepções e interpretações dos eventos econômicos relevantes (HIBBS, 1982). Fox e Phillips (2003) encontraram que, nos Estados Unidos, desemprego parece influenciar de forma mais contundente o comportamento dos eleitores em administrações democratas. Já sob gestão de republicanos, os eleitores apresentam comportamento relativamente mais avesso à inflação. Ademais, Kirchgassner (1991) suporta com evidência empírica a ideia de que indivíduos que votaram pelo presidente em exercício tendem a apresentar, *ceteris paribus*, uma percepção mais positiva do arranjo econômico do que indivíduos que votaram em candidatos de oposição.

2.3 A Teoria dos Ciclos Políticos e o eleitorado míope

Uma vez que o cidadão individual não possui grandes incentivos de se informar completamente acerca das condições econômicas subjacentes que se encontram além do controle do governante, ele responsabiliza o governo pelos desdobramentos e assume que este tem capacidade de controlar as variáveis macroeconômicas. As opiniões dos eleitores traduzem-se em votos nas urnas - se estão satisfeitos com suas performances - e, desta forma, o governo reage a mudanças nas medidas de popularidade, dado que estas representam indicadores de potenciais resultados eleitorais futuros (FREY; SCHNEIDER, 1978). A popularidade é ainda de grande relevância para um presidente, uma vez que sua avaliação perante o público é estrategicamente importante para a manutenção de seu poder (NEUSTADT, 1960). Edwards (1980) reforça, de forma quantitativa, essa noção ao indicar que, nos Estados Unidos, variações no apoio do Congresso a um presidente são sistematicamente influenciadas pelas pesquisas de popularidade.

Dado que a opinião pública importa para o governante, eles a levam em consideração ao elaborar políticas econômicas. De acordo com Frey e Schneider (1978), quando o presidente teme o resultado nas urnas, ele tende a se esforçar para exercer influência sobre a economia no período pré-eleitoral de modo a maximizar suas chances de reeleição. Essa ideia encontra origem na Teoria dos Ciclos Políticos estabelecida por Nordhaus (1975), a qual se ancora sobre a Curva de Phillips. O governo estimula a demanda agregada no período anterior às eleições para explorar a redução de desemprego às custas de pequena elevação da inflação. Contudo, após o período eleitoral, as expectativas de inflação se solidificam e o governante precisa implementar políticas contracionistas para coibir a alta dos preços.

MacRae (1977) demonstra que – assegurado que o governo apresenta comportamento minimizador de perda de votos quando em face de um *trade-off* dinâmico entre inflação e desemprego – há potencial para a presença de ciclo de negócios politicamente motivado em uma sociedade democrática. Contudo, o autor enfatiza que esse ciclo de negócios se sustenta somente se o eleitorado for dito míope. Um eleitorado míope é aquele que forma suas avaliações a respeito do desempenho de um governo apenas baseado em desdobramentos recentes. Este não seria capaz de apresentar visão prospectiva, isto é, de perceber as consequências de políticas econômicas correntes (CHAPPELL, 1983).

Artigos já testaram a hipótese de que, na verdade, os eleitores são *forward-looking*, isto é, levam em consideração inflação e desempregos esperados (SMYTH et al, 1994) (CHAPPELL, 1983). Rogoff e Sibert (1988) avançam ao incorporarem a hipótese de expectativas racionais e ao não analisarem apenas desemprego e inflação como variáveis norteadoras dos ciclos políticos. Lewis-Beck e Stegmaier (2013), contudo, ao revisarem mais de 400 artigos da literatura de voto econômico e popularidade, concluem que a maioria apresenta os eleitores como míopes, com típica memória de um ano. A prevalência de artigos que modelam eleitores ingênuos, contudo, não permite rejeitar de forma definitiva a hipótese de um eleitor sofisticado.

3 Métodos e Procedimentos

3.1 Obtenção dos dados e definição das variáveis

O presente trabalho busca estimar uma função popularidade para o Brasil para o período que se estende de 1995 a 2019. Para tanto, estabelece a taxa de aprovação presidencial como variável dependente e, como variáveis explicativas, são adotadas: desemprego, inflação, “efeito *honeymoon*”, “escândalo do mensalão”, “*impeachment* da presidente Dilma Rousseff” e *dummies* para cada mandato. Os dados acerca da taxa de aprovação do presidente foram coletados de três instituições: Datafolha, Ibope e CNT. Estas solicitam aos respondentes que avaliem o desempenho do Presidente da República como: i) ótimo/bom; ii) regular; ou iii) ruim/péssimo. Assim como fizeram Ferreira, Oliveira e Sakurai (2011), a aprovação considerada neste estudo foi definida a partir da soma dos conceitos ótimo/bom e regular.

Apesar da utilização de três fontes diferentes, esse tipo de trabalho para o Brasil esbarra na escassez de observações. Apenas um desses institutos – Ibope – realiza suas pesquisas com periodicidade regular. Logo, em cada mês, foram calculadas as médias das taxas de aprovação auferidas pelos três institutos e, para os meses em que nenhum realizou pesquisas, foi feita interpolação linear⁵ para preenchimento dos valores ausentes.

⁵ A interpolação linear foi realizada no software R com o uso da função `na.approx()`. Este tipo de interpolação é descrita como:

$$y = y_1 + k(x - x_1), \text{ em que } k = (y_2 - y_1) / (x_2 - x_1); x_1 < x < x_2 \text{ e } y_1 < y < y_2.$$

Na fórmula, y é o valor interpolado e x é o ponto no tempo do valor interpolado. Por sua vez, y_1 e x_1 são as coordenadas do ponto de início do gap e y_2 e x_2 são as coordenadas do ponto de final do gap (Junninen et al,

Lewis-Beck e Stegmaier (2013), após revisarem cerca de 25 anos da profícua literatura de função voto e função popularidade, afirmam que as variáveis econômicas mais relevantes para este tipo de modelo são desemprego e inflação, as quais os autores chamam de “as duas grandes”. Dessa forma, optou-se pela adoção de desemprego e inflação (medida pelo IPCA) como as variáveis econômicas explicativas do modelo. As séries históricas da taxa de desemprego (IBGE, 2019) e do IPCA (IBGE, 2019) apresentam periodicidade mensal e se estendem de dezembro de 1994 a outubro de 2019, totalizando 299 observações.

Como visto na seção 2, a maior parte dos trabalhos do gênero modela o eleitorado como míope: este forma suas avaliações a respeito do desempenho de um governo apenas baseado em desdobramentos recentes. O trabalho seguirá o consenso da literatura especializada e adotará esta hipótese. Essa decisão é tomada também em razão da inexistência de dados expectationais para a taxa de desemprego no Brasil. Logo, as variáveis de caráter econômico foram incluídas no modelo com defasagem de um mês.

O “efeito *honeymoon*” (efeito lua-de-mel) é entendido como o período inicial do governo em que o presidente, teoricamente, desfrutaria de maior boa vontade por parte do eleitorado e, portanto, teria suas decisões recebidas com melhor aceitação (GEYS; VERMEIR, 2007). Assim como definida por Carrión (1998), Fox e Phillips (2003) e Enkelmann (2012), a variável *honeymoon* indica o valor 12 para o primeiro mês do ano inicial do mandato e decresce até indicar o número 1 para o décimo segundo mês; para todos os outros anos de mandato, ela assume valor 0. Ressalta-se que, após testar diferentes especificações para a variável, optou-se por inserir o efeito *honeymoon* apenas para os primeiros mandatos de cada presidente. Essa decisão encontra ressonância com a percepção de que um governante inicia seu segundo mandato com uma herança da aprovação no mandato anterior, em geral, no período analisado, de desgaste do seu capital político.

O artigo seminal de Mueller (1970) estabeleceu diretrizes para estimação de funções popularidade. Dentre as mais difundidas⁶, é possível apontar a utilização de *dummies* para controle de características idiossincráticas de cada governante, ao que o autor chama de “carisma pessoal”. Para o caso brasileiro, Ferreira e Sakurai (2013), utilizaram *dummies* para o governo FHC e o governo Lula em seu modelo. Seguindo esta tendência já estabelecida na literatura especializada, também foram, no presente trabalho, inseridas *dummies* para cada chefe do Executivo.

Por fim, optou-se também por controlar para fatores primariamente políticos de ampla repercussão e com possível impacto sobre a taxa de aprovação presidencial: o escândalo do Mensalão e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa decisão foi influenciada pelos trabalhos de

2004).

⁶ Fox e Phillips (2002), Geys e Vermeir (2008) e Chappel (1990) são outros trabalhos que utilizaram variáveis deste tipo na especificação de seus modelos.

Hibbs (1982) e Chappel (1990) para os Estados Unidos, os quais incluíram em suas estimações variáveis de controle para a guerra do Vietnã e o escândalo Watergate. A variável utilizada para representar o Mensalão foi definida como uma *dummy* que assume o valor 1 para os meses de maio a dezembro de 2005 e o valor 0 para todos os outros meses. Segundo Luís Felipe Miguel (2007), foram nestes oito meses que Mensalão recebeu maior cobertura da mídia brasileira. A partir de 2006, a crise política deixou de dominar os editoriais e a atenção da mídia para o escândalo arrefeceu-se. Para definição da variável representativa do *impeachment* de Dilma Rousseff, foi incluída uma *dummy* de valor 1 para os meses de dezembro de 2015 a abril de 2016. O último mês de dezembro de 2015 representou o início do processo da Câmara dos Deputados (G1, 2015) e abril de 2016 constituiu-se como o último mês completo da ex-presidente à frente do Executivo brasileiro (G1, 2016). Esses dois episódios políticos foram selecionados em razão da sua ampla repercussão e importância para a história recente do Brasil.

3.2 Modelo estimado

Dessa forma, estimou-se o seguinte modelo através do Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO):

$$ap_t = \beta_0 + \beta_1 desemp_{t-1} + \beta_2 IPCA_{t-1} + \beta_3 dummy_{FHC} + \beta_4 dummy_{LULA} \\ + \beta_5 dummy_{DILMA} + \beta_6 dummy_{TEMER} + \beta_7 honeymoon \\ + \beta_8 mensalao + \beta_9 impeachment + u_t$$

A variável dependente é dada pela taxa de aprovação do presidente observada mensalmente e representada por ap_t . As variáveis para desemprego e inflação (IPCA) foram defasadas para suportar a hipótese do eleitorado míope e são representadas por $desemp_{t-1}$ e $IPCA_{t-1}$. A variável *dummy* para o governo Bolsonaro foi omitida em razão de ter sido definida como a *dummy* de referência para a representação dos mandatos presidenciais.

4 Resultados e Discussão

Os resultados podem ser vistos na Tabela 1. As variáveis econômicas apresentaram os sinais esperados de acordo com a literatura exposta na seção 2. Os coeficientes de desemprego e inflação negativos e estatisticamente significantes a 1% estão em conformidade com o examinado por Lewis-Beck e Stegmaier (2013) em cerca de 400 artigos sobre o tema para diversos países.

A variável “*honeymoon*” apresentou significância estatística e sinal positivo, conclusão também obtida por Geys e Vermeir (2008) e por Fox e Phillips (2003) em estimações para os Estados Unidos. Entre as *dummies* inseridas no modelo com o objetivo de controlar para características pessoais e idiossincráticas de cada governante, apenas as referentes aos governos Lula e Temer revelaram-se significativas. No entanto, apenas o presidente Lula parece ter

desfrutado de aumento de aprovação por características próprias de seus mandatos. Para o presidente Temer, a taxa de aprovação se reduziu em razão de características próprias do governo em relação à gestão Bolsonaro, definida como a *dummy* de referência.

A variável mensalão falhou em revelar significância estatística, o que coincide com a percepção do instituto Datafolha de que o escândalo não prejudicou de forma relevante a popularidade do ex-presidente Lula (DATAFOLHA, 2005). Pedro Mundim (2014) atribui a manutenção da aprovação de Lula durante o escândalo do Mensalão ao bom desempenho da economia e aos programas de transferência de renda, ampliados e atualizados naquela época.

Porém, o processo de *impeachment* enfrentado por Dilma Rousseff exerceu efeito deletério sobre a popularidade da ex-presidente, uma vez que o coeficiente para este processo apresentou sinal negativo e significância a 1%. Esta é a primeira inclusão deste acontecimento político na estimação de uma função popularidade para o Brasil e o fato de o coeficiente ter alcançado significância estatística corrobora com a importância deste processo para a história política recente.

Tabela 1 – Estimativa do Modelo

Variável Dependente: Taxa de Aprovação		
Variável Explicativa	Coefficiente Estimado	Erro Padrão
Inflação	-5,2***	1,4
Desemprego	-4,9***	0,4
Dummy FHC	-5,8	4,2
Dummy Lula	17,6***	3,8
Dummy Dilma	-5,1	4,4
Dummy Temer	-19,6***	3,6
Honeymoon	1,5***	0,2
Mensalão	-3,4	3,7
Impeachment	-19,8***	4,9
Constante	111,2***	5,9
Observações	299	
R2	0,8	
R2 Ajustado	0,8	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

5 Conclusão

A taxa de aprovação de um governo representa um indicador de potenciais resultados eleitorais futuros e, dessa forma, pode contribuir para guiar as decisões de um governante. Além disso, a popularidade usufruída por um presidente é estrategicamente decisiva para sua capacidade de articulação e liberdade de ação. Desta forma, a tentativa de elucidar como os cidadãos respondem, em termos de aprovação, aos desdobramentos de um mandato configura-se como uma questão relevante.

O cerne do artigo estruturou-se em torno da estimação de uma função popularidade para o Brasil. A partir dos resultados obtidos, foi possível concluir, para o período analisado, que

elevações da taxa de desemprego e da taxa de inflação, na média, tendem a afetar negativamente a taxa de aprovação presidencial. Portanto, conclui-se que variáveis macroeconômicas representam papel relevante para que os cidadãos formulem suas percepções em relação ao desempenho do governo.

Além disso, os resultados permitiram concluir que os presidentes brasileiros se beneficiam do chamado “efeito *honeymoon*”, que consiste no período inicial do governo em que o chefe do Executivo usufrui de maior popularidade. Quando se controla para características próprias de cada governante, apenas o presidente Lula parece ter sido beneficiado por incremento da taxa de aprovação em razão de características intrínsecas ao seu governo. Por fim, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff aparenta ter tido grande impacto negativo sobre sua popularidade, ao passo que o Mensalão não conseguiu arranhar a aprovação popular do presidente Lula de maneira grave.

Referências

- AMOR BRAVO, Elias. El ciclo político de los negocios y su referencia al caso español (1976-1985). **Información comercial española**. Boletín semanal, n. 2015, 1985.
- ANDERSON, Christopher. Blaming the government: citizens and the economy in five European democracies, in C. Anderson, C.A. Anzalone e C.J. Anderson (eds.), **Blaming the Government**. M.E. Sharpe, p.p. 267, 1995.
- APROVAÇÃO do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope, **G1 Política**, Brasília, 25 de jun. de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html>>. Acesso em 13 de nov. de 2019.
- ARCE, Moisés. Political violence and presidential approval in Peru. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 2, 2003.
- BELL, Janice. Unemployment matters: voting patterns during the economic transition in Poland, 1990–1995. **Europe-Asia Studies**, v. 49, n. 7, 1997.
- BELLUCCI, Paolo. Italian economic voting: a deviant case or making a case for a better theory, in H. Norpoth, M.S. Lewick-Beck e J. Lafay (eds.), **Economics and politics: the calculus of support**. Michigan, The University of Michigan Press, pp. 387-412, 1991.
- BELLUCCI, Paolo; LEWIS-BECK, Michael. A stable popularity function? Cross-national analysis. **European Journal of Political Research**, v. 50, n. 2, 2011.
- BLOOM, Howard; PRICE, Douglas. Voter response to short-run economic conditions: The asymmetric effect of prosperity and recession. **American Political Science Review**, v. 69, n. 4, 1975.
- BURDEN, B.; MUGHAN, A. The international economy and presidential approval. **Public Opinion Quarterly**, v. 67, n. 4, 2003.
- CANTON, D.; JORRAT, J. Economic evaluations, partisanship, and social bases of presidential voting in Argentina, 1995 and 1999. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 14, n. 4, 2002.
- CARRIÓN, Julio. Partisan Decline and Presidential Popularity: The Politics & Economics of Representation in Peru, 1980-1993, in K.V. Mettenhelm e J. Malloy (eds.), **Deepening Democracy in Latin America**, University of Pittsburgh Press, 1998.

CERDA, R.; VERGARA, R. Business cycle and political election outcomes: Evidence from the Chilean democracy. **Public Choice**, v. 132, n. 1-2, 2007.

CHAPPELL, Henry. Presidential popularity and macroeconomic performance: are voters really so naive? **The Review of Economics and Statistics**, vol. 65, n. 3, pp. 385-392, 1983.

CONTEI a Lula do 'mensalão', diz deputado, **Folha de São Paulo**, 06 de jun. de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200504.htm>> Acesso em: 08 de nov. de 2019.

ECHEGARAY, Fabián. **Economic crises and electoral responses in Latin America**. Oxford, University Press of America, 2005.

EDUARDO Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma, **G1**, 02 de dez. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

EDWARDS, George. **Presidential influence in Congress**. San Francisco: W.H. Freeman, 1980.

ENTENDA a Operação Lava Jato, **G1 Política**, Brasília, 14 de abr. de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>> Acesso em: 15 de nov. de 2019.

ESCÂNDALO do mensalão não afeta popularidade de Lula. **DATAFOLHA**, 17 de jun. de 2005. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2005/06/1222268-escandalo-do-mensalao-nao-afeta-popularidade-de-lula-entre-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

EVANS, G.; PICKUP, M. Reversing the causal arrow: The political conditioning of economic perceptions in the 2000–2004 US presidential election cycle. **The Journal of Politics**, v. 72, n. 4, 2010.

FAIR, Ray. The effect of economic events on votes for president. **The Review of Economics and Statistics**, vol. 60, n. 2, pp. 159-173, 1978.

FAUVELLE-AYMAR, C.; STEGMAIER, M. The stock market and US presidential approval. **Electoral Studies**, v. 32, n. 3, 2013.

FERREIRA, Alex; SAKURAI, Sergio; OLIVEIRA, Rodolfo. Oito anos construindo popularidade. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, 2011.

FERREIRA, Alex; SAKURAI, Sérgio. Personal charisma or the economy?: Macroeconomic indicators of presidential approval ratings in Brazil. **Economia**, v. 14, n. 3-4, p. 214-232, 2013.

FIDRMUC, Jan. Economics of voting in post-communist countries. **Electoral Studies**, v. 19, n. 2-3, 2000.

FOX, G.; PHILLIPS, E. Interrelationship between presidential approval, presidential votes and macroeconomic performance, 1948–2000. **Journal of Macroeconomics**, v. 25, n. 3, 2003.

FREY, Bruno; SCHNEIDER, Friedrich. Economic and personality determinants of presidential popularity. **Empirical Economics**, vol. 3, n. 2, pp. 79-89, 1978.

FREY, Bruno; SCHNEIDER, Friedrich. An empirical study of politico-economic interaction in the United States. **The Review of Economics and Statistics**, vol. 60, n. 2, pp. 174-183, 1978.

GEYS, B.; VERMEIR, J. Taxation and presidential approval: separate effects from tax burden and tax structure turbulence?. **Public Choice**, v. 135, n. 3-4, 2008.

GIAMBIAGI, Fábio, et al., **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GOODHART, C.; BHANSALI, R. Political economy. **Political Studies**, v. 18, n. 1, 1970.

- HESLI, L.; BASHKIROVA, E. The impact of time and economic circumstances on popular evaluations of Russia's president. **International Political Science Review**, v. 22, n. 4, 2001.
- HIBBS, Douglas. On the demand for economic outcomes: Macroeconomic performance and mass political support in the United States, Great Britain, and Germany. **The Journal of Politics**, v. 44, n. 2, 1982.
- JANOT apresenta ao Supremo denúncia contra Temer por corrupção passiva, **G1**, 26 de jun. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/janot-apresenta-ao-supremo-denuncia-contra-temer-por-corrupcao.ghtml>>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.
- JUNNINEN, Heikki et al. Methods for imputation of missing values in air quality data sets. **Atmospheric Environment**, vol. 38, pp. 2895-2907, 2004.
- KIM, B.; SIDORENKO-STEPHENSON, S. Economic experience and market commitment in the 1996 Russian presidential election. **Europe-Asia Studies**, v. 51, n. 3, 1999.
- KIRCHGÄSSNER, Gebhard. On the relation between voting intention and the perception of the general economic situation: an empirical analysis for the Federal Republic of Germany, 1972–1986. **European Journal of Political Economy**, v. 7, n. 4, 1991.
- KRAMER, Gerald. Short-term fluctuations in US voting behavior, 1896–1964. **American Political Science Review**, v. 65, n. 1, 1971.
- LAU, Richard. Two explanations for negativity effects in political behavior. **American Journal of Political Science**, vol. 29, no. 1, pp. 119-138, 1985.
- LEWIS-BECK, M.; STEGMAIER, M. **Economic Models of the Vote**. The Oxford Handbook of Political Behavior, 2007.
- MACRAE, D. A political model of the business cycle. **Journal of Political Economy**, v. 85, n. 2, 1977.
- MANIFESTANTES fazem protestos no país contra a PEC dos gastos, **G1**, 13 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/manifestantes-fazem-protestos-no-pais-contra-a-pec-dos-gastos.ghtml>>. Acesso em: 19 de nov. de 2019.
- MCAVOY, Gregory. Stability and change: The time varying impact of economic and foreign policy evaluations on presidential approval. **Political Research Quarterly**, v. 59, n. 1, 2006.
- MICHEL Temer assume interinamente a presidência após afastamento, **G1**, 13 de maio de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/05/apos-afastamento-michel-temer-assume-interinamente-presidencia.html>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão nos editoriais dos jornais". **Opinião pública**, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.
- MUELLER, J. Presidential Popularity from Truman to Johnson 1. **American Political Science Review**, v. 64, n. 1, 1970.
- MUNDIM, Pedro. Cobertura da Imprensa e Eleições Presidenciais de 2005: efeitos realmente limitados? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 86, p. 91-107, 2014.
- NANNESTAD, P.; PALDAM, M. The VP-function: A survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. **Public Choice**, v. 79, n. 3-4, 1994.
- NEUSTADT, Richard. **Presidential power**. New York: Wiley, 1960.
- NORDHAUS, William. The Political Business Cycle. **The review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, 1975.
- OPOSIÇÃO reúne 76 mil e promete greve nacional, **Folha de São Paulo**, 27 de ago. de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc27089902.htm>>. Acesso em: 19 de nov. de 2019.

PACEK, Alexander.; RADCLIFF, Benjamin. The political economy of competitive elections in the developing world. **American Journal of Political Science**, vol. 39, no 3, pp. 745-759, 1995.

PRESIDENTE tem a melhor avaliação no início do governo em relação a antecessores.

DATAFOLHA, 21 de mar. de 2011. Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2011/03/1211069-dilma-e-aprovada-por-47-dos-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 13 de nov. de 2019.

REAÇÃO da economia freia perda de popularidade de Bolsonaro. **DATAFOLHA**, São Paulo, 08 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/reacao-da-economia-freia-perda-de-popularidade-de-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.

RELATOR condena ex-ministro José Dirceu e mais 7 por corrupção ativa, **G1**, Brasília, 03 de out. de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/10/relator-condena-ex-ministro-jose-dirceu-e-mais-7-por-corrupcao-ativa.html>>. Acesso em: 14 de nov. de 2019.

REPROVAÇÃO a Temer sobe para 51%. **DATAFOLHA**, São Paulo, 12 de dez. de 2016.

Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1840600-reprovacao-a-temer-sobe-para-51.shtml>>. Acesso em: 19 de nov. de 2019.

RIBEIRO, Fernando José, et al. **Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea**. Brasília, Ipea, 2015.

SANTAGATA, Walter. The Demand Side of Politico-Economic Models and Politicians' Beliefs: the Italian Case. **European Journal of Political Research**, v. 13, n. 2, 1985.

SHAH, Dhavan. News framing and cueing of issue regimes: Explaining Clinton's public approval in spite of scandal. **Public Opinion Quarterly**, v. 66, n. 3, 2002.

SOROKA, Stuart. Good news and bad news: Asymmetric responses to economic information. **The Journal of Politics**, v. 68, n. 2, 2006.

STIGLER, George. General economic conditions and national elections. **The American Economic Review**, v. 63, n. 2, 1973.

TEMER atinge índice mais alto de reprovação desde redemocratização. **DATAFOLHA**. São Paulo, 02 de out. de 2017. Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923635-teme-atinge-indice-mais-alto-de-reprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.

TUCKER, Joshua. Economic conditions and the vote for incumbent parties in Russia, Poland, Hungary, Slovakia, and the Czech Republic from 1990 to 1996. **Post-Soviet Affairs**, v. 17, n. 4, 2001.

VIZEU, Rodrigo. **Os Presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Editora Harper Collins, 2019.

WERNECK, Rogério. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010. In: **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**, v. 2, 2014.

WEYLAND, Kurt. A paradox of success? Determinants of political support for President Fujimori. **International Studies Quarterly**, vol. 44, pp. 481-502, 2000.

Artigo submetido em: 2021-06-14

Artigo reapresentado em: 2021-06-23

Artigo aceito em: 2021-07-22